

FEMINISMOS NA SOCIOLOGIA BRASILEIRA: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NOS CONGRESSOS BRASILEIROS DE SOCIOLOGIA (1996-2016)

Natália Soares Canário¹
Jarda Maria Andrade de Araújo²
Vívian Matias dos Santos³

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar as vertentes epistemológicas feministas que têm impactado a Sociologia brasileira, por meio da análise das distintas filiações e “linhagens” do pensamento feminista nesse campo tomando como referência os trabalhos publicados nos Anais dos Congressos Brasileiros de Sociologia, no período compreendido pelos anos 1996 a 2016. A metodologia utilizada parte de um pesquisa bibliográfica para o embasamento teórico e aposta numa abordagem situada e parcial, seguida por uma reflexão quali-quantitativa dos dados recolhidos. Tais dados foram retirados de uma planilha sistematizada na etapa anterior deste projeto e foram retirados na plataforma online da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Nessa etapa investigamos as possibilidades de existência de linhagens distintas e específicas do pensamento feminista brasileiro.

Palavras-chave: Epistemologias feministas; Feminismos; Sociologia; Gênero.

INTRODUÇÃO

Quando entendemos a linguagem como um instrumento fundamental para as relações de poder, percebemos o que os senhores de engenho pretendiam ao utilizarem um dispositivo tão perverso. A máscara, descrita por Grada Kilomba,

foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de 300 anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito Negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/as comessem cana-de-açúcar, cacau ou café, enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo. (2010. p.1)

¹ Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, natalia.canario@ufpe.br;

² Graduado pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, mariajardadeandrade@gmail.com

³ Doutora em Sociologia, docente da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Coordenadora do Hypatia - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Ciências e Culturas, vivianmsa@yahoo.com.br;

Essa estratégia que concretizava o impetuoso silenciamento do(a) sujeito(a) negro(a) escravizado(a) tinha por objetivo delinear a quem pertencia o poder de fala, assim como o poder de controle da fala. A máscara era utilizada para que a fala - mecanismos que na relação de poder vigente era propriedade irrestrita do colonizador - fosse confinada, controlada e colonizada, para que as verdades desagradáveis fossem severamente reprimidas. Esse controle exercido pela máscara faz uma alusão direta ao colonialismo, simbolizando as políticas mais sádicas de dominação e regimes brutais de silenciamento dos(as) chamados(as) ‘outros(as)’.

Boaventura de Sousa Santos alega que o pensamento moderno ocidental consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, onde estas segundas “são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o ‘deste lado da linha’ e o ‘do outro lado da linha’.” Essa linha divide, respectivamente, as sociedades metropolitanas dos territórios coloniais, produzindo uma universalidade que cabe apenas a “este lado da linha”. A colonialidade cria a universalidade para manter-se com o monopólio da distinção entre o verdadeiro e o falso, no campo da ciência; e entre o legal e o ilegal, no campo jurídico. Uma universalidade que dita até mesmo os critérios de humanidade, julgando subalterno qualquer comportamento desviante desse padrão. Sendo assim, o silenciamento e a negação da possibilidade de escuta às pessoas “do outro lado da linha” é legitimado por esse processo de desumanização.

Para se estudar o campo científico da Sociologia no Brasil é preciso considerar sua posição no âmbito das heranças coloniais que corrobora com esse conceito de universalidade e bebe do bojo da suposta neutralidade científica. A epistemologia faz oposição a tais conceitos. Segundo Patricia Hill Collins (2000,p. 2),

a epistemologia constitui-se como uma abrangente teoria do conhecimento (Harding, 1987) e ela investiga os padrões usados para avaliar o conhecimento ou o porquê nós acreditamos naquilo que achamos ser verdadeiro. Longe de ser um estudo apolítico da verdade, a epistemologia mostra os caminhos produzidos pelas relações de poder para moldar o que acreditamos e por que.

Portanto, entender como se constroem as relações de poder na colonialidade se faz de extrema necessidade, principalmente considerando o campo científico. É preciso pensar que tipo de conhecimento continua sendo legitimado, referenciado e de onde partem. É também preciso entender como as ciências ocidentais são reflexo da própria sociabilidade ocidental. Neste contexto, não se podem negligenciar as micro relações estabelecidas - as relações entre os sujeitos produtores de conhecimento científico.

Segundo Sandra Harding (1996) o sexismo nas ciências ocidentais deve ser compreendido pela análise das mesmas vias por meio das quais se estabelece: 1. pela forma

como é organizado o trabalho social nas ciências; 2. pela identidade dos e das cientistas; e 3. por meio dos esquemas conceituais e crenças que “estruturam” o campo científico. Ou seja, o sexismo pode ser percebido tanto nas relações cotidianas entre cientistas quanto nas teorias e paradigmas que permeiam o campo simbólico, as estruturas objetivas e os indivíduos.

Dessa forma, essa pesquisa propõe analisar como o pensamento sociológico feminista brasileiro tem dialogado com as diferentes estratégias epistemológicas feministas? Quais epistemologias estão sendo visibilizadas e quais estão sendo silenciadas? Que correntes de pensamento ou “linhagens” científicas podem ser observadas nos estudos sobre feminismos e gênero na Sociologia dos últimos 20 anos no Brasil? Assim sendo, para conseguirmos explorar este caminho, partimos da crítica feminista à ciência, especialmente dos feminismos contra-coloniais (MATIAS DOS SANTOS, 2018).

Para além de um Feminismo Hegemônico

É muito comum, quando se trata do movimento ou da teoria feminista, determinar seu surgimento e ascensão a partir das Ondas do Feminismo, baseando-se na história e na luta de um determinado grupo de mulheres. Essa perspectiva carrega consigo a legitimidade das ciências ocidentais que universaliza as pautas trazidas por estas, invisibilizando a vivência e a luta de mulheres que não fazem parte desse grupo.

A problemática que trago aqui não visa depreciar ou desmerecer qualquer luta ou teoria, no entanto quando a vivência de mulheres majoritariamente brancas, de classe média/alta e heterossexuais que lutavam pelo direito ao voto ou pelo acesso ao mercado de trabalho é difundida como universal, todos os outros grupos de mulheres são categoricamente silenciados. bell hooks argumenta que

as mulheres brancas que dominam o discurso feminista – as quais, na maior parte, fazem e formulam a teoria feminista – têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista. (hooks, 2015, p.196)

Não tratar um único grupo de mulheres como universal - e, vale ressaltar, grupo este hegemônico na sociabilidade e, conseqüentemente, na literatura/teoria feministas - contribui inclusive para o entendimento das diversas condições objetivas e realidades de todas as mulheres ao redor do mundo. Para entender a condição social das mulheres no Brasil, é preciso entender a formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Por isso que a antropóloga Lélia Gonzalez tem fundamental importância para o entendimento do pensamento social e crítico brasileiro, ela identifica as particularidades que precisam ser analisadas numa teoria geograficamente situada num país de um continente da periferia

mundial. Lélia entende o gênero da massa trabalhadora fazendo também uma leitura racializada, não se perdendo na ideia de que existe um lugar geral para a classe trabalhadora, tampouco “uma mulher brasileira” universal.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada intentando a superação do argumento que afirma a possibilidade da neutralidade científica. Sendo assim, apresenta primeiramente uma pesquisa bibliográfica sendo abordada de maneira situada e parcial. Por meio desta, pude apreender as discussões necessárias para que eu conseguisse embasar coerentemente o estudo das categorias sobre as quais este projeto se debruça - Epistemologias feministas, Feminismos, Sociologia, Gênero - compreendendo que a teoria é um instrumento imprescindível para a elaboração de uma prática sistêmica, disciplinada e menos obsoleta.

A proposta inicial do projeto seria a análise dos trabalhos no campo dos estudos de gênero e feministas publicados nos anais dos Congressos Brasileiros de Sociologia referentes a duas décadas compreendidas entre os anos 1996 e 2016. Entretanto, a plataforma digital e *online* da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), não disponibiliza os arquivos de todos os congressos já realizados, estando disponíveis apenas os anais de congressos dos anos de 1954, 1987, 1989 e de 2003 a 2011. Esta sistematização foi realizada em etapa anterior desta pesquisa pela estudante Jesana Germano por meio de sua vinculação ao PIBIC 2017-2018.

Deste modo, nesta segunda etapa da pesquisa, tomamos como material de análise os estudos e pesquisas publicados nos Anais dos Congressos Brasileiros de Sociologia entre 2003 e 2011, tendo em vista a não disponibilidade dos anais relativos ao período 1996 a 2002.

Na etapa anterior do projeto foi produzida uma planilha que continha as características de todos os artigos publicados que serviram como banco de dados a partir do qual foram construídas análises aqui presentes. Em diálogo com a fundamentação teórica advinda da pesquisa bibliográfica, foi possível realizar a análise situada das distintas filiações e “linhagens” do pensamento feminista que fundamentam os estudos publicados nos anais dos congressos acessados.

A princípio realizei a identificação das seguintes informações nos trabalhos: origens territoriais; epistemologias alicerçantes; e correntes de pensamentos às quais filiam-se os(as) autores(as) citados(as) nas referências bibliográficas dos trabalhos listados no projeto anterior, no caso, os publicados nos Anais dos Congressos Brasileiros de Sociologia dos anos 2003, 2005, 2007 e 2009. Recolhi todos(as) autores(as) que foram citados e usados como referência em todos os 150 trabalhos identificados na etapa anterior do projeto, isto é, todos os

estudos/artigos que foram contabilizados por tratarem de questões relevantes à pesquisa sobre gênero e feminismos.

A etapa seguinte deste projeto foi identificar as conexões entre os autores dos estudos publicados, coletando e sistematizando os dados relativos a origens territoriais, área de formação, área de atuação, grupos de pesquisa e linhas de pesquisa. Investigando sobre a co-participação em grupos de pesquisa e também a co-autoria em relação à escrita dos artigos e estudos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para fazer uma discussão coerente dos dados obtidos ao longo dessa pesquisa é de extrema relevância situar que essa escrita parte de um lugar situado na sociabilidade no nordeste brasileiro, região que concentra desigualdades originadas dos modelos de produção e reprodução social capitalista (periférico e dependente), patriarcal, eurocentrado e imperialista, permeada por relações sociais racializadas e sexualizadas de modo binário. Portanto, “por meio deste olhar, situado e parcial, não pretendemos edificar generalizações” (MATIAS DOS SANTOS, 2016, p. 804), mas sim perceber a dialética apontada por González, entre a consciência e a memória que estão presentes tanto em nossos posicionamentos, quanto em nosso objeto de vislumbre teórico: os feminismos na Sociologia brasileira. Portanto, não fazemos aqui uma sistematização visando alcançar uma verdade absoluta para ser seguida veementemente; almejamos levantar o debate e compartilhar algumas inquietações que nos circundam.

Buscamos perceber as ciências (neste caso a Sociologia) como construções sociais. Deste modo, partimos do pressuposto de que - recusando a neutralidade científica das ciências ocidentais - todos os conhecimentos científicos devem ser historicizados e situados, pois carregam as marcas de seu tempo, espaços e sujeitos cognoscentes que os construíram. Temos, assim, o entendimento de que uma ciência desigual reflete as desigualdades estabelecidas na sociedade onde é construída. Deste modo, entender a construção colonial brasileira é fundamental para discutir a construção das suas ciências, do seu campo de conhecimento. Os dados mostrados a seguir servem de reforço e explicitam os argumentos já trazidos para a discussão.

Na primeira tabela abaixo podemos constatar que nos dois primeiros anos analisados (2003 e 2005) tivemos um pequeno número de arquivos que dialoguem com a presente

pesquisa, isto é, arquivos relacionados aos descritores centrais (metodologia usada na etapa anterior deste projeto): “Feminismo(s)”, “Gênero”, “interseccional(idade)”, “LGBT*”, “Mulher(ES)”, “Patriarcado/lismo”, Sexo/ual/ais, “Sexualidade(s)”, “Família(s)”, “Homem/Homens”, “Masculino/Masculinidade”, “Feminino/Feminilidade”, “Feminino/Feminilidade”. Foram 18 (dezoito) arquivos em 2003 e 15 (quinze) em 2005, resultando em pouco mais de 3% dos arquivos em cada ano.

Tabela 01

CONGRESSOS BRASILEIROS DE SOCIOLOGIA			
Trabalhos publicados			
(2003-2011)			
Ano	Total de trabalhos publicados	Total de trabalhos sobre "gênero" e "feminismos"	Porcentagem
2003	542	18	3,32%
2005	424	15	3,54%
2007	707	33	4,66%
2009	1203	34	2,82%
2011	756	50	6,61%
Total:	3632	150	4,12%

Fonte: Elaboração nossa por meio dos Anais do Congressos Brasileiros de Sociologia

A partir do ano de 2007 o número de trabalhos publicados beira o dobro dos anos anteriores tanto no montante geral – atingindo o número de 707 (setecentos e sete) no total -, quanto dos trabalhos sobre gênero e feminismos analisados, que sobem para 33 (trinta e três). Além disso, a porcentagem cresce mais que 1% dos anos anteriores. Provavelmente essa elevação se dá devido à implantação do Programa Mulher e Ciência (SPMPR/MCTI/CNPq) que se dá em 2005, marco do reconhecimento político das desigualdades de gênero nas ciências brasileiras. No ano de 2009 o número de arquivos relacionados à pesquisa se estabiliza e há apenas 1 (um) publicação a mais que no congresso anterior, resultando em 34 (trinta e quatro), fazendo cair a porcentagem já que o montante de arquivos publicados naquele ano se elevou para 1203 (Hum mil duzentos e três) arquivos publicados.

Em 2011 a quantidade de arquivos total anexados cai em mais de 500 (quinhentas) unidades, porém o número de arquivos relacionados à pesquisa cresce consideravelmente, alcançando a mais alta porcentagem de todos os anos analisados. No geral percebe-se que quantitativamente os números de trabalhos publicados nos Anais analisados que versam acerca de gênero e feminismos são ínfimos, visto que não chegam a alcançar 5% do total geral de arquivos.

Prosseguindo com nosso estudo, debruçamo-nos nos trabalhos sobre gênero e feminismos com a finalidade de procedermos com as análises das referências bibliográficas citadas. Partindo de uma perspectiva que questiona a colonialidade do saber (QUIJANO, 1992) com seus alicerces euro-norteamericanocentrados, racializados, cisheterossexistas e burgueses, empreendemos o esforço de situar os e as autores e autoras citadas de acordo com a suas origens territoriais.

Isso significa que lançamos um olhar atento para tentarmos perceber como as teorias produzidas tanto nos países centrais do capitalismo global (colonizadores e imperialistas), quanto nos países periféricos e dependentes (colonizados) fundamentam os estudos feministas e de gênero na Sociologia brasileira. Assim, conforme pode ser observada na Tabela 02, adotamos a seguinte divisão: 1. Periferia Econômica e Científica, abrangendo "Brasil", "América Latina e Caribe", "Oceania", "Ásia" e "África"; 2. Centro Econômico e Científico – Europa e Estados Unidos.

Esta sistematização leva em consideração não apenas a geopolítica, mas a economia política do conhecimento. Deste modo conseguiremos compreender como as epistemologias hegemônicas (produzidas no centro) e não hegemônicas (produzidas na periferia) fazem-se presentes na produção sociológica feminista e de gênero. Ainda, nesta sistematização faz-se relevante destacar que dois países estão especificados, não constando no interior de um recorte continental que poderia, neste caso, ser ainda mais homogeneizante: 1. Estados Unidos, por entendermos que este, mesmo tendo sido colonizado, hoje se coloca como imperialista, atingindo de modo contundente as políticas econômicas e, por consequência, as políticas científicas latino-americanas; 2. Brasil, pois objetivamos analisar as particularidades do pensamento feminista na Sociologia deste país.

Tabela 02

		CONGRESSOS BRASILEIROS DE SOCIOLOGIA Referências bibliográficas utilizadas nos trabalhos sobre "gênero" e "feminismos" segundo ano e origem (2003-2011)													
Origem	Periferia Econômica e Científica										Centro Econômico e Científico				Total anual
	Brasil		América Latina e Caribe		Oceania		Ásia		África		Europa		Estados Unidos		
Feministas (F) e Não-Feministas	F	NF	F	NF	F	NF	F	NF	F	NF	F	NF	F	NF	

(NF)															
Ano 2003	127	134	6	1	0	0	1	0	0	0	21	73	21	17	401
Ano 2005	49	60	2	0	0	0	0	0	0	0	20	81	18	15	245
Ano 2007	105	117	5	2	1	0	1	0	0	0	24	172	51	34	512
Ano 2009	165	187	10	4	1	0	1	2	0	0	25	165	55	35	650
Ano 2011	214	259	17	2	1	0	3	1	0	0	36	184	63	38	818
Total	660	757	40	9	3	0	6	3	0	0	126	675	208	139	2626

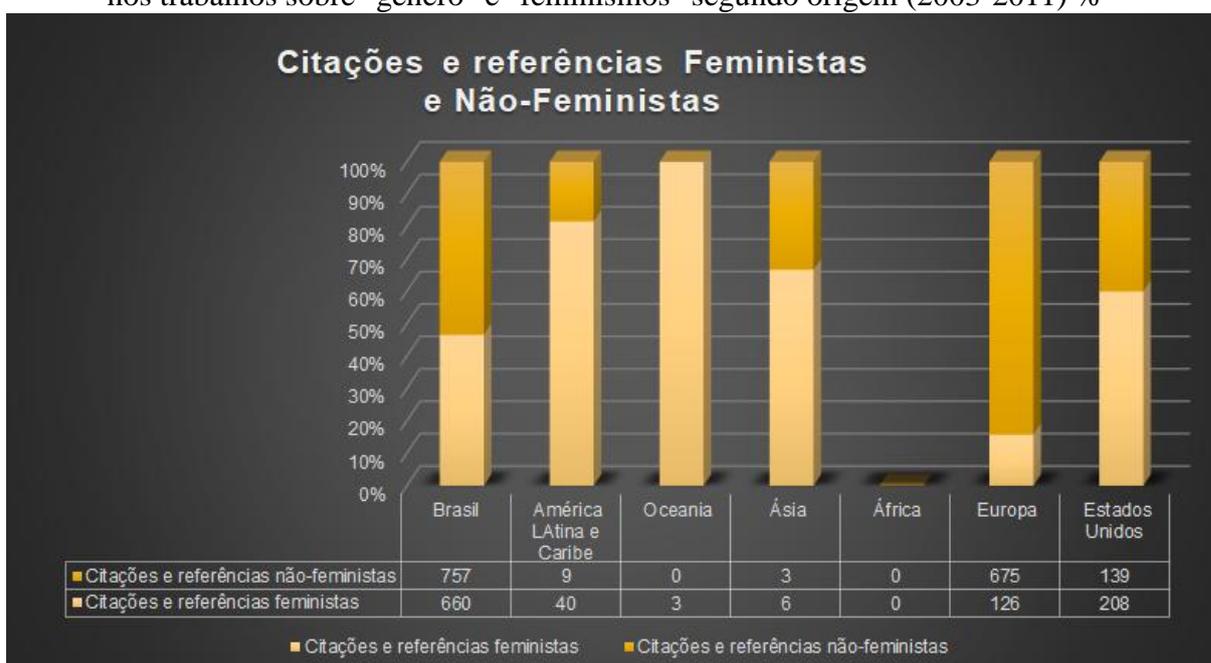
Fonte: Elaboração nossa por meio dos Anais do Congressos Brasileiros de Sociologia

Apesar de parecerem tabelas e gráficos meramente quantitativos, esses números reiteram toda linha de argumentação já apresentada neste relatório. De todos os números expressivos apresentados aqui, quero começar por enfatizar a inexistência de referências advindas do Continente Africano. Longe de ser inusitado, mas ainda assim impactante, esse dado reflete não apenas o silenciamento, mas também a negação da legitimidade dos conhecimentos provenientes de uma base epistêmica de África.

Será que em todo o Continente Africano não há apenas um/a teórico/a sequer, feminista ou não, que seja digno de ser referenciado? Aparentemente, na colonialidade do saber, a Sociologia brasileira permanece tomando a Europa como sujeito do conhecimento e África como objeto a ser estudado, reproduzindo-se a lógica do silenciamento e do epistemicídio (CARNEIRO, 2005).

Gráfico 01.

"CONGRESSOS BRASILEIROS DE SOCIOLOGIA: Referências bibliográficas utilizadas nos trabalhos sobre "gênero" e "feminismos" segundo origem (2003-2011) %"



Similarmente, as citações de referências com origem Oceânica e Asiática beiram a nulidade, são números ínfimos e, importante destacar, aparecem geralmente nos estudos alicerçados em epistemologias feministas. Da Oceania não há sequer 1 (um/a) autor/a que não aborde a temática feminista e de gênero que seja referenciado e dessa perspectiva, há apenas 3 (três) citações de todos os 150 artigos analisados. Do Continente Asiático o número é um pouco mais elevado, mas ainda assim baixíssimo. São 6 (seis) autores(as) que abordam a temática feminista e de gênero - totalizando um percentual de 66,6% - e apenas 3 (três) que não abordar (33,3%).

Já a América Latina, apesar de ser representar um quantitativo também pequeno, há o crescimento gradativo quanto à utilização de referências desta origem ao longo dos anos, chegando a 17 (dezessete) referências no último ano analisado. Foram, no total de todos os anos 40 (81,63%) referências na perspectiva feminista e de gênero e apenas 9 (18,36%) que não. Além disso, durante a pesquisa ficou bem evidente que é comum colaborações entre escritores(as) brasileiros(as) e latino americanos(as), principalmente dos(as) que abordam a perspectiva feminista e de gênero.

Analisando os dados do Brasil, que estrategicamente foram investigados separadamente da América Latina, percebemos que a quantidade de arquivos anexados é superior a todos os outros continentes. Como muitos dos arquivos visavam analisar aspectos nacionais, era muito frequente recorrer a outros(as) escritores(as) que já analisavam esse contexto. Os temas geralmente abordavam alguma área específica e a partir daí relacionava com a perspectiva feminista e de gênero, por exemplo, áreas como agricultura, esportes, economia, direito, mídia entre outros.

Vale mencionar que as grandes referências em suas respectivas áreas eram homens e não partiam de uma perspectiva feminista, o que nos faz refletir: Será que não tem mulheres produzindo conhecimento na área da agricultura, da esportes, da economia, do direito, da mídia? Será que não há um debate na perspectiva feminista e de gênero nesses campos? E se há, por que não estão sendo referenciadas? Seria possível presumir uma marginalização ou um boicote sistêmico às produções de mulheres e/ou às produções na perspectiva feminista e de gênero dentro do campo científico? Essas questões remetem ao que Grada Kilomba (2010, p. 177), traz a respeito do silenciamento:

"o falar e o silenciar emergem como um projeto análogo. O ato de falar é como uma negociação entre quem fala e quem escuta, isto é, entre os sujeitos que falam e seus/suas ouvintes (Castro Varela & Dhawan, 2003). Ouvir é,

nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida. Nesta dialética, aqueles(as) que são ouvidos(as) são também aqueles(as) que “pertencem”. E aqueles(as) que não são ouvidos(as), tornam-se aqueles(as) que “não pertencem”

Nesse sentido têm-se uma tendência no que diz respeito a como vem se dando a construção de conhecimento no campo da Sociologia nacional e internacionalmente. Das referências brasileiras analisadas nos artigos ficou bastante explícita a repetição de algumas autoras feministas nacionais, como a Heleieth Saffioti, Helena Hirata e Maria Cristina Aranha Bruschini onde todas são formadas pela Universidade de São Paulo.

No que tange às produções norte-americanas e europeias, quantitativamente as referências citadas não se igualam ou ultrapassam os números das citações e referências brasileiras, porém há uma grande repetição de alguns autores (sim, todos no masculino) que, reforçando o que já foi aqui apresentado, por serem considerados cânones se repetem veementemente.

A sociologia, enquanto disciplina, tem como berço as sociedades europeias do século XIX e, assim como outras áreas do saber, construiu paradigmas através de pensadores canônicos. Nomes como Auguste Comte, Emile Durkheim, Max Weber, dentre outros, formaram sistemas de interpretação a respeito das sociedades e das ações humanas (geralmente o humano é sinônimo de homem). Esses nomes frequentemente aparecem nas referências dos arquivos analisados, todavia há uma particularidade se tratando nos estudos analisados, isto é, que versem sobre gênero e/ou feminismo; há alguns autores que por adentrarem minimamente na temática são consagrados “cânones” dentro dessa concepção mesmo não necessariamente adotando uma perspectiva feminista. Alguns dos nomes mais citados nas referências são Michel Foucault, Anthony Giddens e Pierre Bourdieu.

No continente europeu a diferença entre citações e referências feministas e não feministas é gritante, os números destas mais que triplicam em relação àquelas. São 675 (84,26%) de citações de referências não feministas, enquanto apenas 126 (15,73%) do total das referências analisadas. Provavelmente essa discrepância se dá pelo motivo explicitado aqui, os autores considerados cânones têm aqui suas origens territoriais. Outro ponto a se considerar neste continente é a quantidade de escritoras feministas que partem da escola francesa, são escritoras que se repetem veementemente para embasar os artigos.

Já no continente norte-americano os números quanto à citações e referências feministas e não feministas se invertem, apesar de não haver uma discrepância tão gritante. Grande parte dos(as) escritores(as) citados nas referências dos artigos partem da perspectiva feminista e/ou de gênero, dessas são 208 (59,94%) contra 139 (40,05%) dos não-feministas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados aqui apresentados e discutidos, através de uma leitura situada e parcial, reforçamos que há uma tendência hegemônica que habita o campo do conhecimento brasileiro. Referências a autores/as brasileiros/as foram constantes ao longo de toda pesquisa, porém há uma repetição constante dos ditos cânones da sociologia e do debate de gênero.

Levando em consideração que

A colonialidade do saber tem como base a noção de que na dicotomia Sujeito x Objeto estabelece como Sujeito (Humano) do conhecimento a Europa e, como Objeto (Não humano), os povos colonizados e suas expressões de existência, capturadas como “exóticas”, bestiais. Autorizava-se e legitimava-se, deste modo, a exploração, a escravização e o extermínio de povos bestializados. (MATIAS DOS SANTOS, 2018, p. 5)

Os resultados da pesquisa demonstram que este padrão colonial ainda é veementemente reproduzido nas produções de perspectiva feminista na produção sociológica brasileira.

Considero importante pontuar a inexistência de referências a autores/as situados no continente africano e o número ínfimo de referências a autores/as situados nas regiões da periferia mundiais: Oceania, Continente Asiático e América Latina; reforçando toda a argumentação já levantada aqui.

As teorias sociológicas clássicas e contemporâneas têm se mantido intactas, “no campo da sociologia, a resistência a uma transformação profunda da disciplina a partir da contribuição feminista tem sido mais forte do que em algumas outras áreas disciplinares, tais como a Antropologia, a História e a Literatura” (ADELMAN, 2004, p. 165). Para Adelman, há uma necessidade de ampliação do cânone sociológico de forma que sejam levadas em consideração as contribuições feministas. Para tanto, propõe uma desestabilização do cânone sociológico.

Esta proposta, entretanto, não diz respeito a desconsiderar todo o *corpus* de saberes que constitui a disciplina, mas permitir que os cânones sejam dialogados, sejam questionados por meio das contribuições da crítica feminista.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. (2005). *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, SP.



COLLINS, Patricia H. “Black Feminist Epistemology”. In: Patricia Hill Collins. *Black Feminist Thought: Knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. Londres: Harper Collins Academic, 2ª ed., 2000, p. 251-271.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências sociais hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, s.v., n.1, jan./jul. 1993. (7-31p.)

HARDING, Sandra. *Ciencia y feminismo*. Trad. Pablo Manzano. Madrid: Ed. Morata, 1996.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 16, p. 193-210, Apr. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Sept. 2019.

KILOMBA, Grada. “The Mask”. In: *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag. 2. Auflage, 2010.

MATIAS DOS SANTOS, Vivian. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Psicologia e Sociedade*. v.30, Belo Horizonte, 2018. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100242&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad-racionalidad. In H. BONILLO (Org.). *Los conquistados*. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992. (437-449p.).

SARDENBERG, Maria Cecília Bacellar. Da crítica feminista da ciência a uma ciência feminista? In: SARDENBERG, Maria Cecília Bacellar; et al. (Orgs.) *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador:REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. (Coleção Bahianas;8) (89-120p.)

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 71-94, Nov. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Sept. 2019.